



**Publicação
Preliminar**

DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA DAS REGIÕES BRASILEIRAS ESTADO DO PARÁ

Equipe técnica: Milena Soares e Ryanni Guimarães (responsáveis técnicos – Pará); Bernardo Medeiros, Danilo Coelho, Helder Ferreira, Luseni Aquino, Maria Paula Santos e Tatiana Silva (técnicos do Ipea), Ana Clara Figueiredo, Angelina Parreiras, Karolina Armstrong, Milena Reis, Paloma Palmieri Alves e Victória Hoff da Cunha (bolsistas do Ipea)

Produto editorial: Relatório Institucional

Cidade: Brasília/DF

Editora: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Ano: 2023

Edição 1ª

O Ipea informa que este texto não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Introdução

Este relatório tem como objetivo investigar as dinâmicas de conflitos sociais que ajudem a explicar as taxas de homicídios no estado do Pará. Para esta finalidade, partiu-se da análise de dados de violência do estado, municípios e microrregiões em comparação a indicadores nacionais e de outros estados da região norte do país. Na sequência, para aprofundar a compreensão das dinâmicas locais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes do sistema de justiça e segurança pública e com membros da academia com histórico de pesquisa na área de conflitos e segurança pública.

O relatório está organizado da seguinte forma: a primeira seção apresenta dados geográficos e demográficos do estado, a segunda analisa as taxas de homicídios, e, por fim, a terceira seção discute as percepções e hipóteses explicativas levantadas pelos entrevistados.

1. ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICOS

O Estado do Pará, localizado na região norte do país, possui 144 municípios e ocupa uma área de 1.245.870,700 km² (IBGE, 2021)¹. O estado faz divisa com os estados brasileiros Amapá, Roraima, Amazonas, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, assim como é fronteiro aos países Guiana Francesa e Guiana. Sua capital e município mais populoso é Belém, seguida por Ananindeua, Santarém e Marabá, respectivamente. O censo 2010 contabilizou uma população de 7.581.051 pessoas e estima-se que a população do estado, em 2021, seja de 8.777.124 habitantes, ou seja, um crescimento populacional de cerca de 15% (IBGE, 2022)².

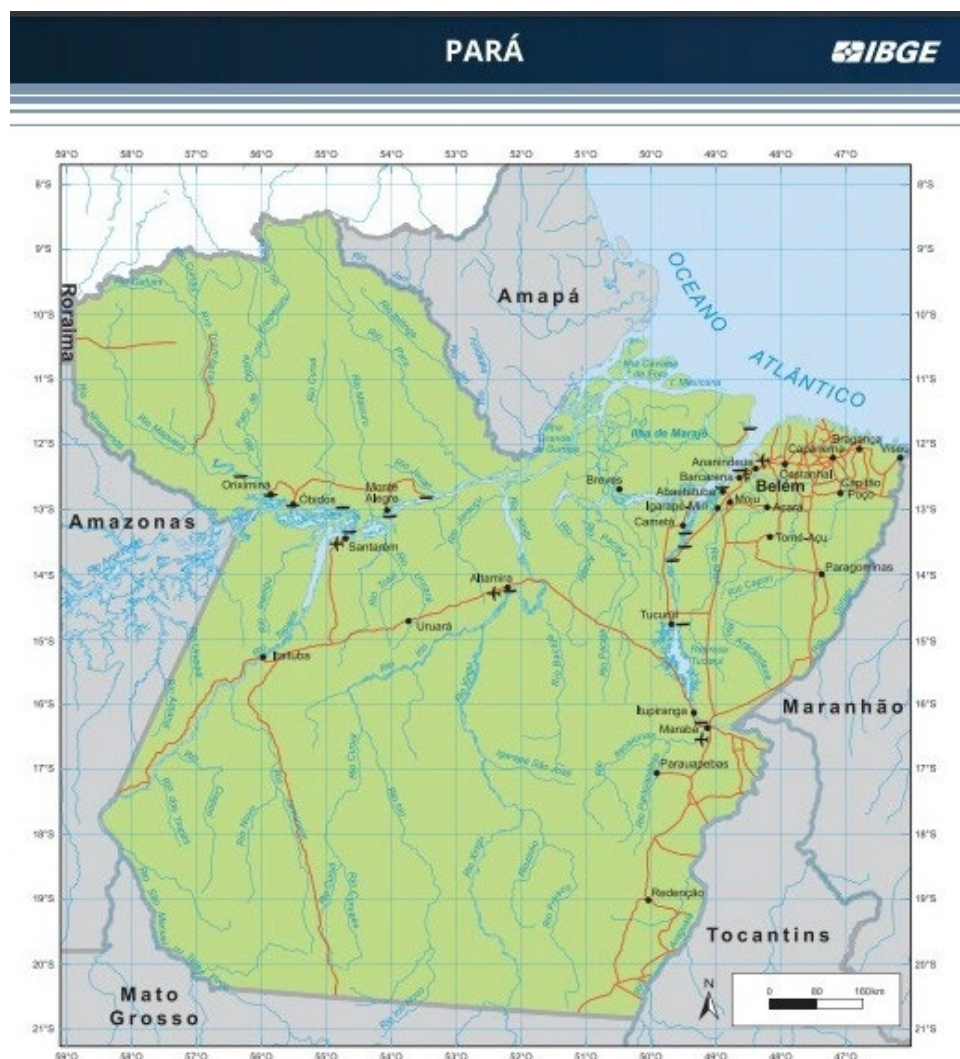
A sua vegetação é predominantemente Amazônica, com presença de mangue no litoral, campos na ilha de Marajó e cerrado ao sul. O Pará possui diversos rios que fazem parte da Hidrografia Amazônica, tendo como rios principais: Amazonas, Jari, Pará (ou Parauaú), Tapajós,

¹ IBGE. População do estado do Pará. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>>. Acesso em 25 de ago. 2022.

² IBGE. Cidades e Estados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa.html>>. Acesso em 31 ago. 2022.

Tocantins, Trombetas e Xingu³. A seguir tem-se o mapa geográfico do referido estado (KLIMA NATURALI, 2011).

MAPA 1: IBGE. Acre. Mapa Estadual. Acesso em 2022.

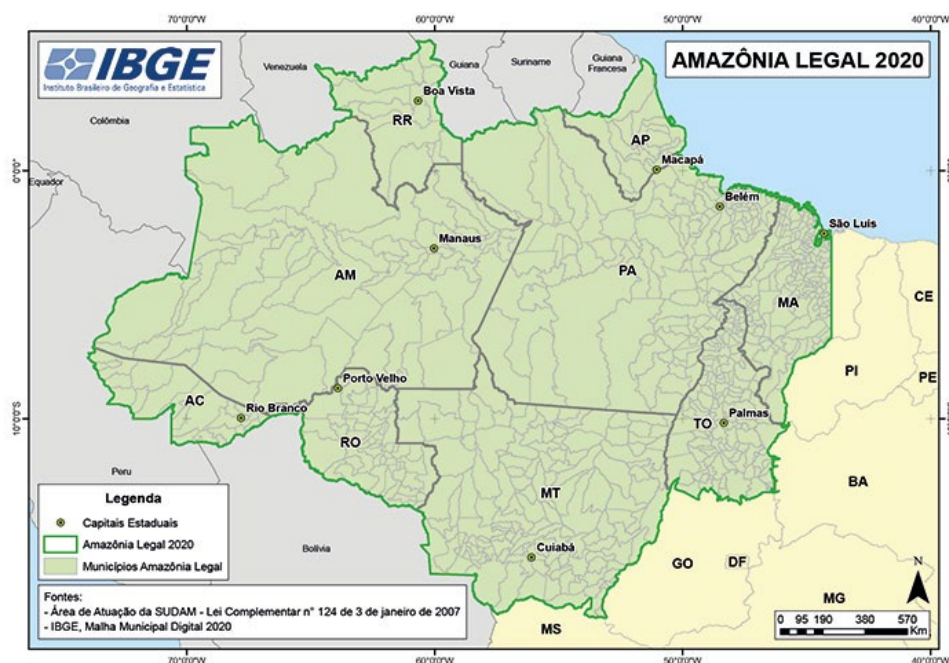


No que diz respeito ao referido estado no contexto brasileiro, o Pará (144 municípios) compõem a Amazônia Legal junto ao Acre (22 municípios), Amapá (16 municípios), Amazonas (62 municípios), Mato Grosso (141 municípios), Rondônia (52 municípios), Roraima (15 municípios), Tocantins (139 municípios) e parte do Maranhão (181 municípios, dos quais 21 foram

³ KLIMA NATURALI. Pará - Aspectos Geográficos e Socioeconômicos do Estado do Pará. Disponível em <<https://www.megatimes.com.br/2011/11/para-aspectos-geograficos-e-sociais.html>>. Acesso em 27 de ago. 2022.

parcialmente integrados) (GUIMARÃES, 2021).

Mapa 2 - Amazônia legal

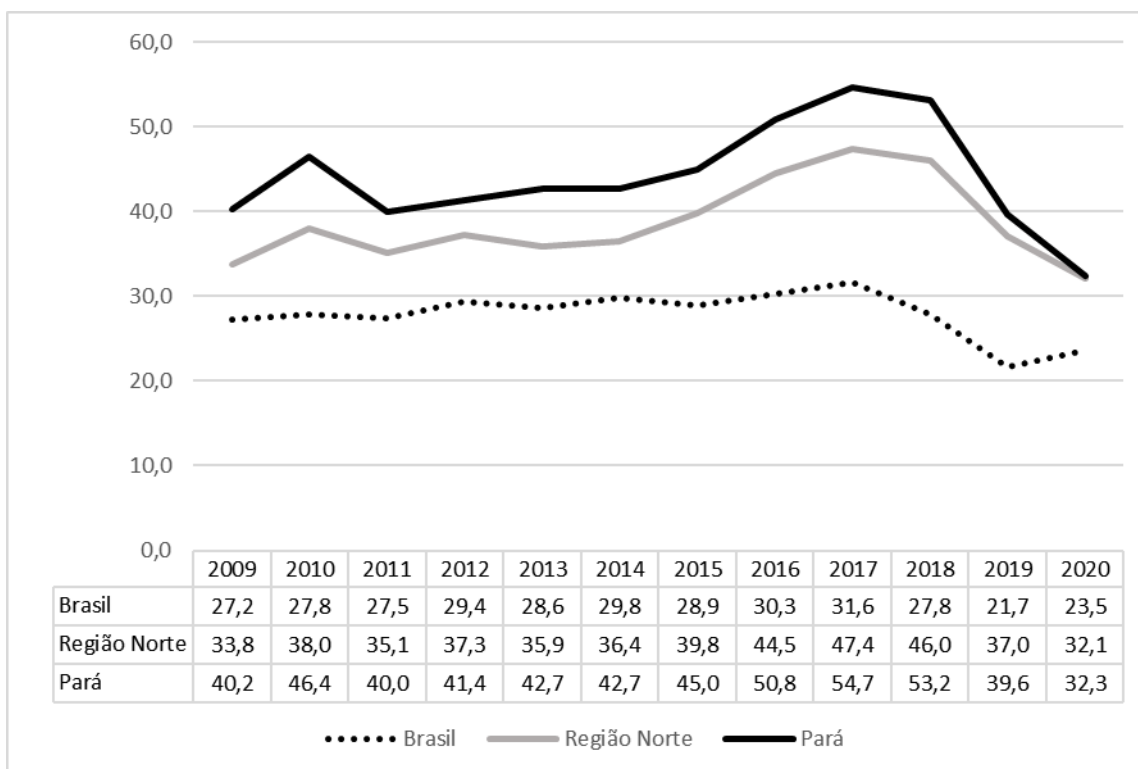


Fonte: IBGE, [s.d]. Portal de Mapas: Amazônia Legal.

2. HOMICÍDIOS E DADOS CRIMINAIS

Conforme informações do SIM/MS (Gráfico 1), o Pará tem apresentado taxas de homicídios superiores às médias da Região Norte do país e do Brasil, considerando-se a série histórica de 2009 a 2020. Todavia, observa-se uma tendência de queda a partir de 2017, sendo que em 2020 a taxa de homicídios no Pará aproximou-se da taxa de homicídios da Região Norte. No ano de 2020, enquanto a taxa Brasil foi de 23,5 homicídios para cada 100 mil habitantes, o Pará registrou taxa de 32,3, próxima à taxa da Região Norte, de 32,1.

Gráfico 1. Evolução das Taxas de Homicídios por 100 mil habitantes – Brasil, Região Norte e Pará, entre 2009 e 2020



Fonte: SIM/MS; IBGE. **Elaboração:** DIEST/IPEA. **Notas:** 1. Número de homicídios - Número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS. 2. População obtida de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS). 3. Taxa de homicídios - A taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

Na tabela 1, é notável o grande número de municípios paraenses com a taxa média de homicídios acima da média nacional de 24,3 para o período de 2018 a 2020. Dos 144 municípios, 101 (cento e um) tem a referida taxa superior à média nacional. Na referida tabela, eles estão ordenados por ordem decrescente, na qual é possível ver que Floresta do Araguaia (118,2), Jacareacanga (113,3), Anapu (107,6) como os 3 municípios com as maiores taxas no Pará, pertencentes ao grupo V.

Tabela 1 - Homicídios por 100 mil habitantes - Taxa média de 2018-2020

Taxas médias hom./100 mil hab		Municípios
Grupo I	0 a 10,87	Chaves, Curuá, Limoeiro do Ajuru, Muaná, Alenquer, Curralinho, Cachoeira do Arari, Melgaço, Juruti, Aveiro, Ponta de Pedras, Prainha, Gurupá, Viseu, Terra Santa e Bagre

Grupo II	11,26 a 24,32	São Sebastião da Boa Vista, Oeiras do Pará, Monte Alegre, Augusto Corrêa, Santa Cruz do Arari, Faro, Rurópolis, Porto de Moz, Maracanã, Óbidos, Cametá, Afuá, Água Azul do Norte, Conceição do Araguaia, Oriximiná, Soure, Irituia, Mojuí dos Campos, Anajás, Magalhães Barata, Salvaterra, Santarém, Belterra, Nova Timboteua, São João da Ponta, Baião, Tracuateua e Pau D'Arco
Grupo III	24,56 a 40,92	Bonito, Xinguara, Santarém Novo, Ulianópolis, Cachoeira do Piriá, Placas, Nova Ipixuna, Breves, Santo Antônio do Tauá, Ipixuna do Pará, São Caetano de Odivelas, Santa Maria das Barreiras, Trairão, Almeirim, Santana do Araguaia, Aurora do Pará, São Félix do Xingu, Igarapé-Açu, Palestina do Pará, Portel, Brejo Grande do Araguaia, Dom Eliseu, Peixe-Boi, São Francisco do Pará, Quatipuru, Bragança, São João do Araguaia, Piçarra, São João de Pirabas, São Domingos do Araguaia, Primavera, Santa Luzia do Pará, Breu Branco, Santa Maria do Pará, Igarapé-Miri, Novo Repartimento, Jacundá, Colares, Goianésia do Pará, Itupiranga, Marapanim, Bom Jesus do Tocantins, Abaetetuba, Tucumã, São Domingos do Capim, Mocajuba, São Geraldo do Araguaia, São Miguel do Guamá e Garrafão do Norte.
Grupo IV	41,94 a 66,08	Tucuruí, Medicilândia, Curuçá, Tailândia, Rondon do Pará, Cumaru do Norte, Sapucaia, Concórdia do Pará, Salinópolis, Inhangapi, Rio Maria, Moju, Capanema, Ourém, Belém, Uruará, Barcarena, Abel Figueiredo, Acará, Bannach, Terra Alta, Vigia, Santa Izabel do Pará, Pacajá, Ananindeua, Marabá, Paragominas, Eldorado do Carajás, Capitão Poço, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Marituba, Parauapebas, Castanhal, Itaituba, Brasil Novo, Canaã dos Carajás e Vitória do Xingu
Grupo V	68,41 a 118,2	Redenção, Ourilândia do Norte, Mãe do Rio, Tomé-Açu, Curionópolis, Bujaru, Nova Esperança do Piriá, Altamira, Novo Progresso, Senador José Porfírio, Anapu, Jacareacanga e Floresta do Araguaia

Fonte: SIM/MS; IBGE. Elaboração Diest/Ipea. Taxas médias de homicídios por 100 mil habitantes dos municípios do estado do Pará. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/MS. População obtido de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

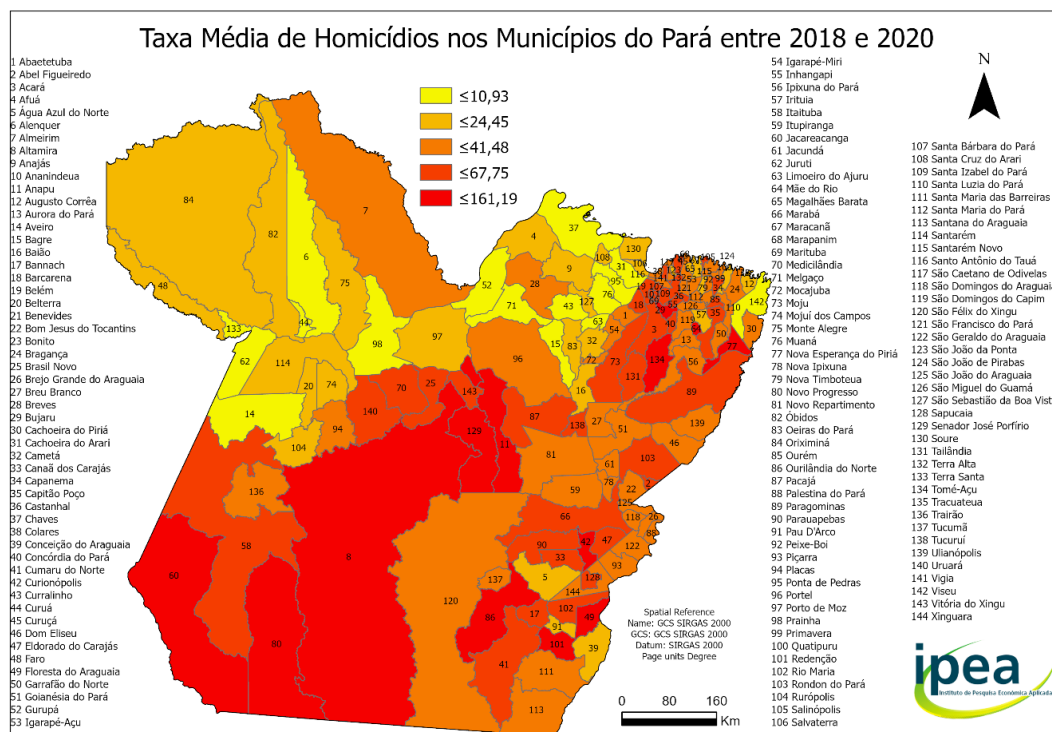
Em que pese as altas taxas de homicídio relativamente às estatísticas nacionais, observa-se

que há uma tendência de queda nos indicadores de homicídios na maioria dos municípios do Pará⁴, que se traduz na queda da taxa estadual a partir de 2017.

Ademais, no que diz respeito ao registro de armas, houve um incremento no número de armas de fogo no Pará, assim como os números de posse e porte ilegal, que no comparativo entre 2020 e 2021, cresceu 7,2% (FBSP, 2022a). No entanto, importa dizer que este não é o número mais alarmante da região norte em relação a esses tipos de crime, Acre (43,5%), Roraima (33,7%) e Amapá (12,4) tiveram índices superiores (FBSP, 2022a) ao índice do Pará.

No mapa 3, observa-se a distribuição territorial dos indicadores de homicídios com a identificação dos municípios paraenses. Destacam-se municípios contíguos da região sudoeste do estado, compreendendo Jacareacanga, Novo Progresso, Altamira, Senador José Porfírio e Anapu, formando uma extensa mancha territorial com altos índices de violência.

Mapa 3 - Taxa Média de Homicídios por Município - Pará (2018 e 2020)



Fonte: SIM/MS; IBGE. **Elaboração:** DIEST/IPEA. **Notas:** 1. Número de homicídios - Número de homicídios na UF de residência obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS. 2. População obtida de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS). 3.

⁴ Esse fator pode ser visualizado no anexo II, referente às taxas médias de homicídio por triênio para a série história de 2009 a 2020, por município.

Taxa de homicídios - A taxa de homicídios por 100 mil habitantes é calculada pela divisão do número de homicídios pela população e pela multiplicação por 100 mil.

Quanto aos demais municípios dentre os de maiores taxas de homicídio: em Floresta do Araguaia, localizado na região Sudeste, há presença de assentamentos; em Nova Esperança do Piriá, localizado na região nordeste do estado, há terras indígenas; em Bujaru, também na região nordeste, há quilombos. O fato de algumas das áreas com maiores taxas de homicídio coincidirem com certas unidades de conservação, assentamentos, terras indígenas e quilombos permite levantar a hipótese sobre os catalisadores das dinâmicas de violência na região.

3. PRINCIPAIS CONFLITOS E ATIVIDADES RELACIONADAS

Como visto nas seções anteriores, os registros oficiais apontam para uma tendência de queda da ocorrência de homicídios no estado do Pará. Entretanto, apesar dos avanços, o Pará segue figurando entre os estados mais violentos do país, em que 101 dos 144 municípios registram taxa de homicídios superior à média nacional. No intuito de investigar as dinâmicas de conflitos sociais que culminam em altas taxas de homicídios, foram realizadas oito entrevistas no total, sendo cinco com agentes do sistema de justiça e segurança pública⁵ e três com membros da academia com histórico de pesquisa na área de conflitos e segurança pública⁶.

O relato seguinte reflete as percepções apresentadas pelos entrevistados. Na medida do possível, busca-se corroborar os argumentos com dados, notícias e/ou literatura especializada, que não raro foram indicados pelos próprios entrevistados. Nas entrevistas, foram relatadas dinâmicas sociais apartadas entre região metropolitana e interior. Enquanto na Região Metropolitana a violência associa-se a conflitos entre facções prisionais, milícias e a máquina pública, no interior os crimes violentos refletem disputas pela terra, envolvendo trabalhadores/posseiros, povos indígenas, ativistas e grileiros. A Região Metropolitana parece ter sido priorizada pela secretaria de segurança pública, o que pode explicar a diminuição nos indicadores comparativamente às

⁵ Foram entrevistados representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual.

⁶ Foram entrevistados pesquisadores da Universidade do Estado do Pará e Universidade Federal do Pará.

demais regiões.

Há incertezas sobre a existência de conexão entre as dinâmicas de violência no meio rural e no meio urbano. Os entrevistados que abordaram este assunto apresentaram narrativas sobre interiorização do crime organizado, em que o poder econômico advindo do narcotráfico é utilizado como catalisador de outras atividades ilegais, tais como garimpo, desmatamento e grilagem de terras, o que contribuiria para o acirramento de conflitos pela posse e uso da terra. Entretanto, a ausência de evidências conclusivas impede que o argumento seja considerado algo além de hipótese para futuras investigações.

Embora distintas as dinâmicas de violência, a criminalização da pobreza é um traço comum que permeia todo o Estado. Os grandes financiadores das atividades ilegais, seja no meio urbano ou rural, raramente são encontrados. O combate ao narcotráfico consiste no encarceramento de pequenos traficantes – em geral pessoas pretas, pobres e residentes das periferias – que ao ingressarem no sistema prisional passam a compor o exército à disposição das facções prisionais. No que diz respeito ao recorte étnico-racial, a população carcerária do Pará encontra-se composta da seguinte maneira: 54,33% parda; 23,77% negra; 18,65% branca; 3,22% amarela; 0,03% indígena (BRASIL; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA; DEPEN).⁷

No campo, nas disputas entre os interesses do grande capital – que financia desmatamento, garimpo e grilagem de terras para formação de latifúndios – e interesses dos povos indígenas, trabalhadores rurais e ativistas, os últimos saem perdendo e sem defesa, dada a leniência do Estado à “pedagogia do terror” - massacres, execuções e ameaças – utilizada pelos poderosos para afugentar os indesejados.

Quanto ao diálogo interinstitucional, esse foi um dos aspectos apontados por entrevistados, que há, nos últimos tempos, uma piora na articulação, por exemplo, de servidores federais com servidores estaduais de segurança pública. Sobre o assunto, publicação recente do FBSP (2022b, p. 12) aponta que os “arranjos interinstitucionais das forças de segurança pública e fiscalização ambiental na Amazônia não produzem capacidade operativa ou níveis de integração suficientes

⁷ O total da população carcerária no Pará é de 15.017 presos (até o ano de 2021), dos quais 14.983 dispõem de informação étnicorracial.

para fazer frente ao avanço da criminalidade organizada que cresce na região”.

3.1. DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Na região metropolitana de Belém, execuções e chacinas parecem estar relacionados à atuação de milícias e facções prisionais. As milícias⁸ são compostas por policiais – ou seja, agentes do próprio Estado – envolvidos em atividades ilegais e que, por esse motivo, acabam entrando em disputa com membros das organizações criminosas pelo controle dos territórios. As facções prisionais, por sua vez, atuam como organizações criminosas e podem entrar em conflito entre si (quando existe mais de uma em um mesmo território), com as milícias ou com o próprio Estado.

Algumas das entrevistas indicam que o Comando Vermelho é a facção hegemônica no estado do Pará. Atualmente, tem-se um possível cenário de pacificação em razão da diminuição de disputas territoriais entre facções. Desse modo, o ordenamento imposto pela facção pode estar contribuindo para redução da criminalidade, por meio dos códigos de conduta respeitados pela comunidade.

Apesar dessa hegemonia, em 2020 e 2021 ocorreu, no Pará, algumas execuções e atentados à agentes de segurança pública⁹ (assassinados fora do sistema prisional) que podem estar ligados à estratégia de barganha para assegurar direitos e outras condições especiais dentro do sistema penitenciário paraense, que registra condições degradantes.

Em 29 de outubro de 2019, 57 detentos foram assassinados no Centro de Recuperação Regional de Altamira (PA), na região do Xingu. A chacina explicava-se, assim como outras ocorridas no país à época, em razão de rivalidade entre facções. Esse episódio foi, portanto, justificativa para que o então (e atual) governador do Pará, Helder Barbalho, solicitasse intervenção federal (SARRAF, 2022)

Assim, o Ministério da Justiça e Segurança Pública enviou a Força Tarefa de Intervenção

⁸ De acordo com Ignacio Cano e Carolina Ito (2008), o termo “milícias” começou a ser utilizado em 2006 quando os jornais iniciaram a falar a respeito de um controle crescente em comunidades carentes por grupos armados (“milícias”). Esses grupos eram compostos por policiais e outros agentes do estado que iniciaram uma dominação em áreas previamente controladas por narcotraficantes.

⁹ FONTE SEGURA. MORTES DE AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/mortes-de-agentes-da-seguranca-publica-no-estado-do-para/>
Acesso em: 10/05/2023

Penitenciária (FTIPE)¹⁰. A chegada dessa força tática parece ter sido o estopim para “uma batalha diária nas ruas da região metropolitana de Belém” (SARRAF, 2022), uma vez que a intervenção representou inúmeras violações aos direitos dos presos, conforme noticiado pela Pública (SARRAF, 2022).

Desde essa intervenção, podem ser percebidos inúmeros ataques a agentes de segurança pública no Pará. Em 2020, seis policiais foram assassinados em serviço e 24 policiais assassinados sem estarem trabalhando. Já em 2021, um policial foi morto em serviço e 15 foram mortos à paisana (SARRAF, 2022).

Em uma notícia do G1, de março de 2021, também é possível encontrar relatos de gravações de presos solicitando colchões - pois estavam dormindo no chão - assim como banho de sol e quatro refeições por dia, demandas apresentadas à Secretaria de Administração Penitenciária (Seap). Além disso, vê-se que os policiais penais vivem em constante ameaça: “Nós vivemos presos, a gente perdeu o direito de ir e vir, perdemos o direito ao lazer” - fala de um policial penal que preferiu não se identificar (G1, 2022).

Com a pandemia, a Comissão de Direitos Humanos da OAB no Pará passou a receber denúncias por e-mail a respeito da situação dos presídios, tendo sido coletadas 55 denúncias que estão dispostas num relatório circunstanciado “Crise no Sistema Carcerário do Estado do Pará - 2019 a 2021” que foi encaminhado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (SARRAF, 2022).

A política penitenciária é, portanto, central para a compreensão das dinâmicas dos conflitos urbanos. O encarceramento crescente – relacionado à criminalização da pobreza e à relutância na aplicação das penas alternativas – em um sistema penitenciário superlotado, que não assegura os direitos e a dignidade da pessoa humana, criam uma massa populacional que fortalece as facções prisionais, as quais, por sua vez, utilizam-se de métodos violentos como estratégia de barganha pelos direitos dos presos.

Apesar do caos no sistema prisional, parece haver relutância dos juízes na aplicação de medidas alternativas ao encarceramento. A tornozeleira eletrônica, por exemplo, tem sido utilizada como alternativa à liberdade provisória em vez de alternativa à prisão. Percebe-se a extensão

¹⁰ A FTIPE é um agrupamento tático criado pelo então ministro do STF Alexandre de Moraes, em 2017, durante o governo de Michel Temer. Ela foi estabelecida em meio a crise do sistema penitenciário de Anísio Jobim, em Manaus (AM) e no presídio de Alcaçuz, em Nísia Floresta (RN). (SARRAF, 2022)

gradual do poder punitivo do Estado. Um outro problema a ser enfrentado são as violações intra-cárcere. Há relatos de tortura e tratamento degradante; entretanto, inexistem canais institucionais para acolher as denúncias de presos e seus familiares.

A região metropolitana de Belém tem sido foco da política desenvolvida pela secretaria de segurança pública. Houve investimento em equipamentos de segurança pública e definição de áreas prioritárias (manchas criminais), além do programa “Territórios pela Paz”, de viés preventivo com foco em jovens das áreas periféricas. Como estratégia para minar o poder das milícias, a secretaria adotou política de compra dos dias de folga dos policiais militares, de modo a evitar que façam “bicos”. Além disso, houve reestruturação do sistema prisional e realização de concursos públicos para policiais penais.

Sobre isso, conforme o Anuário do FBSP (2017), tem-se que Belém, de acordo com dados referentes ao ano de 2016, era a segunda capital com maior taxa de crimes violentos letais intencionais (CVLI¹¹) a cada 100 mil habitantes (64,9), atrás, apenas, de Aracaju (66,7). Já em relação aos números colhidos em 2017, Belém aparece como terceira no ranking nacional (FBSP, 2018), com uma taxa de 67,5 de MVI, atrás de Rio Branco (83,7) e Fortaleza (77,3). Vê-se, assim, um incremento no número de mortes intencionais na capital paraense durante esse período.

Observando os dados do Atlas, em sua publicação referente a municípios (IPEA, 2018), denota-se um número ainda superior considerando MVCI¹² + taxa de homicídio, de maneira que Belém (77,0) ultrapassa Aracaju (76,5) no que diz respeito às estatísticas do ano de 2016. Na tabela 2 acima, todavia, vê-se uma redução significativa desses índices em Belém, cuja taxa média (2018, 2019 e 2020) é de 47,38% a cada 100 mil habitantes. Tal informação coaduna com a interpretação de melhora na segurança pública na referida região.

Em relação aos demais municípios da região metropolitana de Belém, consultando o “Atlas da violência 2018 - Políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros” (IPEA, 2019), foi possível encontrar os índices (MVCI + taxa de homicídio) de quatro dos municípios da mesorregião metropolitana de Belém: Ananindeua (84,6), Belém (77,0), Castanhal (78,4) e Marituba (84,5), os quais também apresentam diminuição.¹³ Uma das políticas públicas apontada pelos entrevistados

¹¹ CVLI considera a soma das vítimas de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e latrocínio.

¹² Morte violenta por causa indeterminada.

¹³ Esses dados, todavia, devem ser observados com ressalvas, uma vez que no ano de 2016, foram somadas as taxas de homicídio com as de MVCI, já a média dos anos 2018, 2019 e 2020 foi produzida tão somente com a taxa de homicídio. Decidiu-se compará-las em razão da considerável diferença entre os números e também porque o referido relatório voltado aos municípios (IPEA, 2018) disponibilizou a taxa tão somente de homicídio das capitais, incluindo,

que pode ter contribuído para melhora desses índices foi “Territórios pela Paz” ou “TerPaz”.

De acordo com a exposição do secretário adjunto da Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (Seac) do Estado do Pará, Julio Jélvez, em Webinar promovido pelo Insper, os Territórios pela Paz são uma forma de combinar política de inclusão social com política de segurança pública (INSPER, 2022). Nesse sentido, Julio Jélvez diz que os locais para implantação dos territórios são escolhidos a partir de índices de violência conjugados com índices sociais.

Na referida conferência (INSPER, 2022), é possível compreender que quando escolhidos os bairros para receber o projeto, há a construção de um espaço chamado Usina da Paz, o qual irá conjugar diversas atividades importantes para cidadania, como serviços relacionados à profissionalização, educação, cultura, arte, mediação de conflitos, saúde, esporte, lazer, entre outros. No que diz respeito à segurança pública, os Territórios pela Paz surgem como uma forma de desconstruir dinâmicas geradoras de criminalidade, possibilitando, por exemplo, que a juventude não ingresse em organizações criminosas. A imagem a seguir ilustra as Usinas da Paz já construídas e onde se localizam:

Figura 1 - Localização das Usinas da Paz no Pará



Fonte: INSPER, 2022.

Vê-se, a partir da figura 1, que cinco das usinas da paz construídas localizam-se em Belém, duas em municípios de sua região metropolitana (Ananindeua e Marituba) e as demais estão na

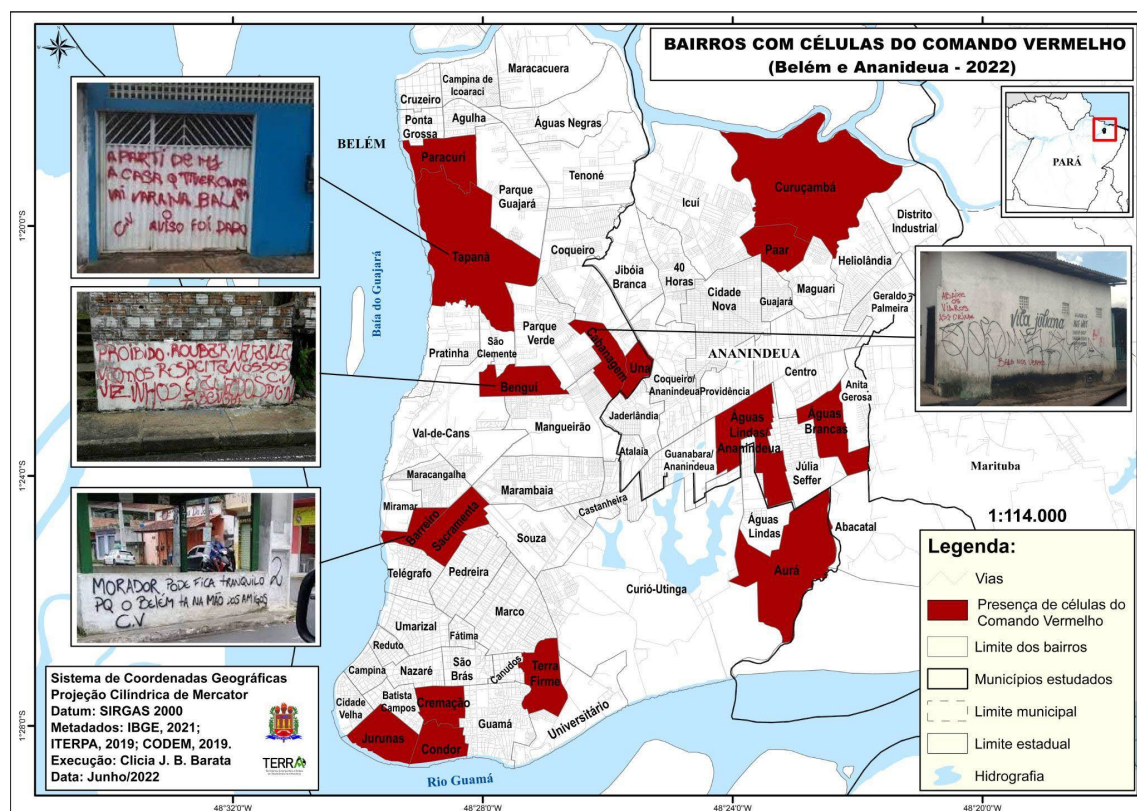
portanto, Belém, cuja diferença não foi tão grande quando somada à de MVCI.

mesorregião sudeste do Pará (Parauapebas e Canaã dos Carajás).

Há, no entanto, outra possibilidade, que foi ventilada nas entrevistas, capaz de explicar a diminuição dos índices de homicídios na região metropolitana de Belém, mas que se constitui, ainda, tão somente uma hipótese: a profissionalização do crime organizado. Nesse sentido, de acordo com Couto (2020), o Comando Vermelho (CV) dispõe de mensagens sinalizadoras de que não é permitido cometer crimes em territórios nos quais predomina; essa informação chega à comunidade em forma de pichações com escritos como “proibido roubar na comunidade” (COUTO, 2020, 125-126). Tais mensagens visariam justamente evitar a atenção da polícia, a qual comprometeria o comércio da droga (COUTO, 2020).

A seguir tem-se um mapa que ilustra um pouco essa hipótese, no qual estão dispostos os municípios Belém e Ananindeua, e seus respectivos bairros, demonstrando exemplos de “salves” do Comando Vermelho, proibindo certos crimes nos lugares que ocupa.

Mapa 1 - Bairros com células do Comando Vermelho em Belém e Ananindeua (2022)



3.2. DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO INTERIOR DO ESTADO

No interior do estado do Pará, as altas taxas de homicídio parecem estar relacionadas às disputas pela posse e uso da terra. A questão fundiária é complexa e tem raízes na privatização de terras públicas e estímulo à migração/ocupação da região norte, que teve início ainda no governo Juscelino Kubitschek e foi posteriormente intensificada durante a ditadura militar. A existência prévia de trabalhadores posseiros foi ignorada pelo Estado, que historicamente optou por privilegiar o grande capital na privatização da terra. A construção da rodovia Belém-Brasília foi um catalisador deste processo. Houve estímulo à grilagem de terras, na expectativa de regularização futura. Até hoje são sentidos os reflexos dessas políticas fundiárias elitistas.

A expulsão dos posseiros/trabalhadores pode ocorrer de duas formas: com ou sem autorização judicial. Com autorização judicial, o “suposto” proprietário da terra obtém mandado de reintegração de posse e, com o apoio dos agentes de segurança pública, força a saída dos ocupantes. Na prática, muitos latifundiários conseguem a expulsão sem autorização judicial, cooptando diretamente policiais ou fazendo uso de milícias privadas que promovem execuções e chacinas.

Nesse sentido, o processo colonizatório da Amazônia brasileira contou com muitas violências: massacres, epidemias, expulsão, expropriação dos povos. No sul e sudeste do Pará, os conflitos entre as décadas de 1970 e 1980 têm origem na superposição de grandes propriedades às posses de trabalhadores rurais; além disso, há também ocupações de trabalhadores rurais de “imóveis titulados ou aforados, pertencentes, sobretudo, a empresas agropecuárias” (PEREIRA, 2015, p 79).

Essa história de violência sob a qual se forja a luta fundiária no Brasil relaciona-se com a história da colonização dirigida pelo Estado, a qual gerou “expulsão violenta de trabalhadores ocupantes de terras devolutas, tanto para assentar outros trabalhadores pelo plano da reforma agrária, quanto para conceder áreas devolutas para o interesse privado” (ANDRADE, 2019, p. 41).

De acordo com informações disponibilizadas pela página da CPT [s.d] dedicada à história

¹⁴ Imagem disponibilizada pelo professor Aiala Couto (UEPA).

de massacres no campo¹⁵, o Pará é o estado com mais incidência de massacres, contando com 152 vítimas desde 1985, ano em que a Comissão começou a fazer registros, destacando-se a região sul do estado. Alguns massacres ficaram para a história, ressaltando-se os de:

- a) Rondon do Pará - em 23 de outubro de 1987, no qual foram assassinados dois camponeses e uma criança (CPT, [s.d.]);
- b) Marabá - em 28 de dezembro de 1987, em que foram assassinadas três pessoas durante manifestação ocorrida sobre a ponte do Rio Tocantins, tendo sido feita ordem pelo governador do Pará à época, Hélio Gueiros, que enviou uma tropa de 360 soldados da polícia militar, os quais cercaram a ponte e começaram a atirar (CPT, [s.d.]);
- c) Eldorado dos Carajás - em 17 de abril de 1996, em torno das 17h00, um grupo de 300 trabalhadores sem-terra impediu a passagem de carros e caminhões na PA-150. O motivo da manifestação era a demora do Incra em desapropriar a Fazenda Macaxeira, de 40 mil hectares. Ao final do confronto entre policiais militares e camponeses, 19 destes foram mortos e outros feridos. O julgamento dos envolvidos no massacre foi realizado apenas em 16 de maio de 2002, no qual apenas duas pessoas foram condenadas: o coronel Mário Pantoja e o major José Maria Oliveira (CANELLAS, 2021);
- d) Xinguara/Rio Maria - em 23 de fevereiro de 2002, quatro pessoas foram assassinadas por oito pistoleiros das fazendas Mandassaia e Santa Teresa, em Xinguara, propriedade do ex-ministro do governo Geisel, Angelo Calmon de Sá. No mesmo município, em 13 de agosto de 1987, foram assassinados três camponeses. De acordo com a CPT, há histórico na região de conflitos desde 1983, ligados à coleta de castanhas de algumas famílias que conflitavam com a família Mutran que exercia monopólio do produto (CPT, [s.d.]).
- e) Pau D'Arco - em 24 de maio de 2017, dez trabalhadores rurais sem-terra foram mortos em uma ação da Polícia Militar com a Polícia Civil do estado do Pará, supostamente organizada para cumprir mandados de prisão contra os ocupantes da Fazenda Santa Lúcia, assim como Acampamento Nova Vida. A operação conduziu-

¹⁵ CPT. Massacres no Campo. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/massacres/5895-massacres-no-campo-voltam-a-crescer-durante-atual-cri-se-da-democracia-no-brasil> Acesso em 02 out. 2022.

se através da Delegacia de Conflitos Agrários (DECA), com apoio de policiais dos municípios de Redenção, Conceição do Araguaia e Xinguara (CPT, [s.d.]).

- f) São Félix do Xingu - José Gomes, ambientalista conhecido como Zé do Lago, a sua esposa Márcia Nunes Lisboa, também ambientalista, e sua filha Joene Nunes Lisboa foram mortos no dia 11 de janeiro de 2022, em Cachoeira da Mucura, Pará¹⁶ (O GLOBO, 2022).

Diante desse cenário, é possível observar um império de uma “pedagogia do terror”, em que assassinatos são utilizados como exemplo para afugentar posseiros. O mesmo pode ser dito em relação aos ativistas de defesa do meio ambiente, os quais têm sido alvo crescente de ameaças.

Denota-se, em relatório produzido pela Comissão Pastoral Terra (CPT, 2021, p. 27), que 47% dos conflitos no campo ocorreram na região norte do país, chamando atenção o estado do Pará, que tem o maior número de ocorrências do país: 156, envolvendo mais de 31 mil famílias.

O mesmo relatório mostra que no ano de 2021, o Pará apresenta-se como terceiro estado mais conflitivo no que diz respeito à mineração e garimpo: foram 27 conflitos envolvendo 6.391 famílias numa área de 11.631.136 hectares; desses, 23 casos relacionados ao garimpo e quatro casos relacionados a mineradoras. As famílias envolvidas nos conflitos são, sobretudo, indígenas (20 casos) (CPT, 2021, p. 145).

No cenário nacional o relatório da CPT diz que, no ano de 2021, foram 1.242 violências por terra registradas no Brasil, as quais envolveram cerca de 164.782 famílias. De acordo com o mesmo relatório, em 2021 foram contabilizados 35 homicídios, sendo a maior parte das vítimas indígenas (10), seguidos por sem-terra (9), posseiros (6), quilombolas (3), quebradeiras de coco de babaçu (2), assentados (2), pequenos proprietários (2) e uma vítima alienada¹⁷ (1) (CPT, 2021, p. 27). Esses dados colocam em xeque uma realidade que vem se estabelecendo no país: a implementação, embora ilegal, de atividades garimpeiras e mineradoras em territórios indígenas.

Quando se fala em mineração, é importante esclarecer que “garimpo é a mineração caracterizada pelo baixo nível de mecanização, quase sempre associado à mão de obra não especializada e pouca ou nenhuma infraestrutura permanentes” (MAP BIOMAS, 2021, p. 3); já a

¹⁶ Em relação ao último massacre, de São Félix do Xingu, as informações foram retiradas do jornal online O Globo, os demais da página da CPT.

¹⁷ A CPT (2021, p. 27) define como aliada a vítima que é advogada, mediadora e/ou militante político partidário.

“mineração industrial faz a extração, transporte e o processamento do material, empregando alto nível de mecanização, operações de longo prazo e mão de obra especializada” (MAP BIOMAS, 2021, p. 3).

De acordo com o Map Biomas (2021), o Pará é o estado cuja área é a maior em relação à mineração, conforme dados colhidos tendo como referência o ano de 2020. No referido estado, são explorados 110.209 hectares (ha); no entanto, apenas 33.695 ha são utilizados de maneira industrial. Para se ter uma ideia da imensidão da área em comparação a outros estados, o segundo lugar, ocupado pelo estado de Minas Gerais, conta com uma exploração de 33.432 ha, dos quais 32.785 é explorado de forma industrial.

O mesmo instituto de pesquisa revela que, em 2020, três de cada quatro hectares minerados no Brasil estavam na Amazônia. Ao todo, são 149.393 ha explorados, ou seja, a maioria se concentra no estado do Pará (110.209 ha) (MAP BIOMAS, 2021). O mapa, disponível no anexo VII (dados específicos), ilustra a ocupação da atividade garimpeira no país, ficando visível o destaque do estado do Pará.

Observa-se, portanto, que a expansão do garimpo coincide com o avanço sobre territórios indígenas e de conservação: de 2010 a 2020, a área ocupada pelo garimpo em terras indígenas cresceu 495%; já nas unidades de conservação, o crescimento foi de 309% (MAP BIOMAS, 2021). Os três municípios com maior atividade garimpeira no Brasil são Itaituba (44.854 ha), Jacareacanga (9.450 ha) e São Félix do Xingu (5.934 ha) em primeiro e segundo e terceiro lugar, respectivamente (MAP BIOMAS, 2021, p. 12), todos municípios paraenses.

Ainda se carece de estudos que relacionem o garimpo ilegal ao aumento da violência, particularmente de homicídios. Mas não deixa de ser pertinente apontar a atividade garimpeira ilegal como um dos fatores que contribuem para violência no interior do país e, particularmente, no Pará, onde há a maior área explorada no Brasil.

Essa hipótese pode ser ventilada utilizando-se como parâmetro o município de Jacareacanga, que ocupa o segundo lugar de área explorada para garimpo, assim como o segundo lugar no que diz respeito à taxa de homicídio (tabela 2). Ele se localiza na região sudoeste paraense, dispondo de três terras indígenas (TIs) em seus limites: Kayabi; Munduruku e Sai Cinza, de acordo com dados do ISA¹⁸. Consoante informações relativas ao ano de 2020, disponibilizadas no Mapa de Conflitos produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Jacareacanga encontra-se num

¹⁸ Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/#pesquisa> . Acesso em: 13 set. 2022.

nível crítico de conflitos (ocorrência de 19 conflitos) e com um número considerável de processos de mineração (faixa 2 - 2,81 processos de mineração por área).^{19,20}.

De acordo com a Pública, no ano de 2020, os pedidos de mineração em Jacareacanga bateram recorde, tendo havido 148 processos minerários junto à ANM (Agência Nacional de Mineração), o maior número desde o ano de 1996 (ANJOS; FONSECA, 2021). Há, inclusive, pessoas sendo investigadas em razão de garimpo ilegal na Floresta Nacional do Crepori, unidade de conservação vizinha à TI Munduruku.

Nesse viés, o último relatório de violência no campo da CPT (2021, p. 63) revela que, no ano de 2021, foram 16 conflitos em Jacareacanga relacionados à terra, a maioria deles envolvendo a TI Munduruku, da bacia do Tapajós; há também, informação de lideranças indígenas ameaçadas de morte.

A fragilização dos órgãos responsáveis pela fiscalização das políticas fundiária e ambiental (Incra e Ibama, respectivamente) foi apontada pelos entrevistados como um dos principais fatores a perpetuar a violência no campo. O discurso prevalente no governo Bolsonaro, de desprezo pela atuação dos órgãos e de leniência aos infratores, gera expectativa de impunidade e regularização futura das terras griladas e/ou desmatadas de forma irregular.

A atuação das polícias tem se mostrado problemática. Diz-se que foram cooptadas pelos interesses econômicos, mostrando-se disponíveis para atender solicitações de reintegração de posse (judicial ou não judicial), mas indisponíveis para acompanhar os órgãos de fiscalização fundiária e ambiental. Questiona-se a ausência de cooperação das polícias com aqueles órgãos, que ficam à mercê da boa vontade dos agentes de segurança pública.

4. FORÇAS POLICIAIS ATUANTES E SUAS COMPETÊNCIAS

No que diz respeito às polícias e aos demais agentes de segurança pública que atuam no âmbito estadual, ao consultar o banco de dados do SINESP relativo ao ano de 2020, tem-se que o Pará dispõe de (BRASIL; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, [s.d.]):

- (a) 15.136 policiais militares na ativa,

¹⁹ Consultado em: <https://mapadosconflitos.apublica.org/mapa> . Acesso em 13 set. 2022.

²⁰ Para mais informações a respeito da metodologia do Mapa de Conflitos (CPT), consultar: <https://mapadosconflitos.apublica.org/metodologia>. Acesso em 13 set. 2022.

- (b) 3.061 policiais civis na ativa (delegados, escrivães e agentes),
- (c) 534 peritos;
- (d) 2.569 bombeiros militares.

Ao avaliar os números dispostos na referida plataforma, optou-se por não utilizar os dados relacionados à distribuição desse efetivo entre capital, região metropolitana e interior, uma vez que ao somar os números referente a essas três regiões, algumas vezes ele era inferior ou superior aos servidores na ativa. De toda sorte, utilizando como base os dados do SINESP, é possível perceber que ao menos metade do efetivo concentra-se na capital e região metropolitana, enquanto a outra metade no interior.

Em razão das dimensões do Pará, assim como da população fora da capital, não há correspondência entre o efetivo e a distribuição da população no território, o que pode indicar a necessidade de incremento desse efetivo de segurança pública no interior do estado. Pois, de acordo com IBGE, da população estimada no Pará de 8.777.124 pessoas, em 2021, apenas 17,2% (ou 1.506.420 pessoas) residem na capital Belém.

No que diz respeito ao âmbito federal, conforme o relatório “Cartografias da violências na Região Amazônica: relatório final”, do FBSP (2022a, p. 74), o número de policiais rodoviários federais no Pará é de quase 400 em atividade, atuando em 5 unidades operacionais. O relatório também expõe que os policiais ouvidos destacam a insuficiência do efetivo para a região e que há necessidade de uma especialização voltada para as dinâmicas específicas da região norte e que o curso de formação (de apenas três meses) não é capaz de contemplar.

Esse relato coaduna-se às percepções dos entrevistados que serão apresentadas na próxima seção. Parece haver uma dificuldade de permanência de servidores públicos federais no Pará que, tão logo quanto possível, são transferidos para outras regiões do país. Essa dificuldade prejudica o andamento do combate ao crime e ilegalidades, uma vez que sempre há necessidade de instruir os novos servidores nas particularidades da região.

CONCLUSÃO

Diante das narrativas ouvidas em entrevistas, assim como pelas notícias e literaturas lidas, é possível perceber uma melhora na segurança pública do Estado do Pará e isso, de algum modo,

tem refletido nos índices de homicídio. Todavia, ao comparar com a média nacional (23,98²¹), vê-se em 16 das 22 microrregiões, índices de homicídios superiores a ela.

Então, nota-se o esforço da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) de conjugar políticas públicas de cunho social (“TerPaz”) às políticas mais ostensivas, com esforços em várias frentes para deter o avanço da criminalidade. Ao mesmo tempo, também é perceptível uma piora no diálogo interinstitucional e uma necessidade de investimento para aumentar o efetivo policial, assim como jurídico, para dar conta da demanda criminal do Pará, em particular da criminalidade que se relaciona com atividades ilegais no interior, como o garimpo.

Vê-se, também, uma necessidade de regularização fundiária no Pará, que possibilite o direito de várias famílias utilizarem das terras como fonte de sustento. Nesse sentido, há ainda resquícios de práticas violentas aos agricultores e indígenas, que são, muitas vezes, ameaçados de morte ou mortos por pistoleiros (CPT, 2022). Além disso, o desmantelamento de órgãos ambientais e a falta de construção de uma política pública conjunta entre agentes federais e estaduais dificulta a regularização da situação fundiária de maneira uníssona.

Essa situação deixa a perspectiva (ou ausência dela) de que o Brasil vive um momento de precarização de algumas formas de vida. Trabalhadores rurais e indígenas vivem sob espreita, diante de uma pedagogia do terror que se espalha sobre o território brasileiro que impõem formas de vida voltadas à pecuária extensiva, ao desmatamento, à extração ilegal de riquezas da Amazônia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Regina. **Do luto à luta: memória e subjetividade ante às práticas de violência no campo no sul e sudeste do Pará**. 2019. Dissertação de Mestrado. Marabá: Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

ANJOS, Anna Beatriz; FONSECA, Bruno. Pública. **Acusados de garimpo ilegal em terra Munduruku pedem ao governo mineração no entorno da TI**. Pública, 16 de junho de 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/06/acusados-de-garimpo-ilegal-em-terra-munduruku-pedem-ao-governo-mineracao-no-entorno-da-ti/#batem-recorde-em-2020> Acesso em: 10 jul.

²¹ Média produzida a partir de dados do Ministério da Saúde, tendo como base os anos 2018, 2019 e 2020.

2022.

G1. Áudios vazados sugerem negociação entre alto comando da Seap e membros de facção criminosa no PA. G1, Belém, 29 de março de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/03/29/audios-vazados-sugerem-negociacao-entre-alto-comando-da-seap-e-membros-de-facao-criminosa-no-pa.ghtml> Acesso em: 22 set. 2022.

BARATA, Clícia. Mapa: **Bairros com células do Comando Vermelho em Belém e Ananindeua**, junho de 2022.

BRASIL; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA; DEPEN, 2021. **Composição da População por Cor/Raça no Sistema Prisional**. Disponível em: [Microsoft Power BI](#) . Acesso em: 26 set. 2022.

BRASIL; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Perfil nacional das instituições em 2020**. Disponível: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDc0ZWJjYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZTJhMSJ9> Acesso em 31 ago. 2022.

CAMPELO, Lílian. **Massacre de Pau d'Arco com dez camponeses mortos pela polícia completa 1 ano**. Brasil de Fato, Belém, 24 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/24/massacre-de-pau-darco-com-dez-camponeses-mortos-pela-policia-completa-1-ano> Acesso em: 31 ago. 2022.

CANELLAS, Marcelo. **Massacre em Eldorado dos Carajás**. Memória Globo, [s. l] 28 de outubro de 2022. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/massacre-em-eldorado-dos-carajas/noticia/massacre-em-eldorado-dos-carajas.ghtml> Acesso em 03 out. 2022.

CANO, Ignacio; IOTT, Caroline. **Seis por meia dúzia?** Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas ‘milícias’ no Rio de Janeiro. Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 48-83. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Andreia-Marinho-2/publication/267714130_seIs_por_mela_duzIa/links/54c96ef40cf2f0b56c239296/seIs-por-mela-duzIa.pdf Acesso em 22 set. 2022.

CPT. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2022. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>>. Acesso em 31 agosto de 2022.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2017**. São Paulo: FBSP, 2017. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/01/ANUARIO_11_2017.pdf Acesso em 31 ago. 2022.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018**. São Paulo: FBSP, 2018. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-CC-A7a-Pu-CC-81blica-2018.pdf> Acesso em 31 ago. 2022.

FBSP. **Cartografias das violências na Região Amazônica**: relatório final. Cord. Renato Sérgio de Lima. São Paulo: FBSP, 2022a.

FBSP. **Governança e capacidades institucionais da segurança pública na Amazônia** [ebook]. Cord. Renato Sérgio de Lima. São Paulo: FBSP, 2022b.

INSPER. **Projetos Urbanos Integrais em Medellín e Territórios pela Paz, Pará**. YouTube, 26 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/Watch?v=cARQM2j6uUs> Acesso em: 20 set. 2022.

MAP BIOMAS. **A expansão da mineração e do garimpo no Brasil nos últimos 36 anos**: destaques do mapeamento anual de mineração e garimpo no Brasil entre 1985 a 2020. [s.l.]: MapBiomass, 2022. Disponível em: https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact_Sheet_1.pdf Acesso: 05 out. 2022.

O GLOBO. MPF acompanha investigações dos assassinatos de ambientalistas em São Félix do Xingu. O GLOBO, 14 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/direitos-humanos/mpf-acompanha-investigacoes-dos-assassinatos-de-ambientalistas-em-sao-felix-do-xingu-25354438> Acesso em 02 out. 2022.

OLIVEIRA. **MINERAÇÃO E ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA**: Conflitos, território e (des)envolvimento no município de Conceição do Araguaia-Pará. 2017

SARRAF, Moisés. **Conexão e mortes entre dois estados com a presença do Comando**

Vermelho. Pública, [s. l.] 6 de julho de 2022. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/07/conexoes-e-mortes-entre-dois-estados-com-a-presenca-do-comando-vermelho/#Estopim>>. Acesso em 22 set. 2022.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra:** a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora UFPE, 2015.

ANEXO A - DADOS GERAIS

ANEXO I

Tabela sociodemográfica - Pará

Dados territoriais				
Estados limítrofes	AP, RR, AM, MT, MA, TO			
Fronteiras	Guiana, Suriname			
Nº municípios	144			
Área territorial	1 245 870,70			
Dados Sociodemográficos		Pará	Região Norte	Brasil
População	População estimada (2021)	8 777 124	18.906.962	213.317.639
	Densidade Demográfica (hab/km²)	6,07	4,12	22,43
	% população 0 - 14 anos (2010)	31,0	31,2	24,1
	% população 15 – 29 anos (2010)	29,6	29,5	26,9
	% população 30 - 59 anos (2010)	32,2	32,5	38,2
	% população 60 + anos (2010)	7,0	6,8	10,8
	% população negra (2010)	7,2	6,4	7,6
	% população parda (2010)	69,5	66,9	43,1
	% população indígena (2010)	0,52	1,9	0,4
	% população branca (2010)	21,8	23,4	47,7
	% população urbana (2010)	68,4	73,5	84,4
	% população rural (2010)	31,5	26,5	15,6

Renda e desigualdade	Rendimento Mensal Domiciliar Per Capita (2022)	R\$ 1 061,00	R\$ 1.175,29	R\$ 1.613,23
	Índice de Gini (do rendimento domiciliar per capita, a preços médios do ano) (2022)	0,53	0,53	0,54
	% pobres (2003)	43,1	40,1	37,6
	% extremamente pobres (2003)	13,6	12,5	8,4
	% população vivendo em aglomerados subnormais (2010)	19,6	14,4	72,6
Trabalho	Taxa de desocupação (14+) (2021)	10,5	13,7	13,8
	Taxa de formalização da força de trabalho (2022)	37,7	41,4	59,9
	Rendimento médio real de todos os trabalhos (2022)	R\$ 2 022,00	R\$ 2.195,00	R\$ 2.839,00
Educação	Taxa de analfabetismo (15+) (2019)	7,8	7,0	6,1
	Média anos de estudo (15+) (2019)	9,0	9,3	9,8
	% população (14+) com 5 anos ou menos de estudo (2019)	0,45	11,49	10,35

Fonte: Elaboração Diest/Ipea. **(1)** % por idade, SIDRA <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>>; **(2)** Incidência da Pobreza - IBGE Cidades - 2003; **(3)** IBGE. Domicílios ocupados em Aglomerados Subnormais em relação ao total de domicílios ocupados (%) - Notas Técnicas - 2019 (UF) <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf>; **(4)** Síntese de Indicadores Sociais - IBGE Cidades - 2021 <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/45/95341>>; **(5)** IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021 (acumulado de quintas visitas). Tabela 1.2 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - 2021; **(6)** IBGE. Rendimento médio real do trabalho principal, SIDRA - 2022 <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436#resultado>>; **(7)** Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais). (SIDRA, 2019) <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7113#resultado>>; **(8)** Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, por sexo e grupo de idade. (SIDRA, 2019) <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7126#resultado>>; **(9)** Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudo. (SIDRA, 2019) <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7132#resultado>>.

ANEXO II

Homicídios por 100 mil habitantes dos 144 Municípios do Pará (2009 - 2020)

Taxa Média por Triênio ²²										
Municípios	2009- 2011	2010- 2012	2011- 2013	2012- 2014	2013- 2015	2014- 2016	2015- 2017	2016- 2018	2017- 2019	2018- 2020
Almeirim	8,7	13,6	18,4	23,3	25,3	21,4	20,5	21,5	27,3	28,3
Porto de Moz	5,8	8,4	6,4	8,1	6,2	8,7	13,6	15,9	19,0	14,6
Anapu	26,9	30,5	25,0	38,4	48,2	74,8	84,3	104,7	105,5	107,6
Senador José Porfírio	10,0	10,1	7,7	5,2	8,0	8,1	16,4	38,8	92,9	105,8
Altamira	61,1	70,2	78,1	85,8	95,8	96,3	109,0	101,1	106,0	81,2
Vitória do Xingu	9,7	7,2	14,2	18,7	30,1	45,8	65,8	78,6	80,1	66,1
Brasil Novo	33,2	31,4	42,1	42,4	55,5	60,2	69,3	63,2	61,4	61,9
Pacajá	59,4	56,7	47,8	51,6	56,8	64,7	68,1	69,9	60,3	53,8
Uruará	35,6	40,0	45,9	54,7	54,0	51,1	57,8	57,1	60,8	48,4
Medicilândia	17,9	24,6	30,1	38,8	52,9	56,6	66,8	47,6	58,7	43,3
Salvaterra	11,3	9,5	9,4	12,3	13,6	14,9	17,6	20,2	19,9	19,7
Soure	8,5	9,8	12,5	11,0	8,2	9,5	12,1	14,7	13,2	18,4
Santa Cruz do Arari	0,0	0,0	0,0	0,0	10,9	17,8	17,4	10,3	6,7	13,2
Ponta de Pedras	1,3	6,1	7,2	11,8	9,3	9,1	5,6	6,6	9,8	8,6
Cachoeira do Arari	4,8	6,3	7,7	6,1	9,0	8,9	10,2	8,6	7,1	7,0
Muaná	5,7	6,5	5,5	5,4	6,2	7,0	5,2	5,1	5,0	5,0
Chaves	1,6	1,5	1,5	3,0	4,4	5,9	8,7	8,6	5,7	1,4

²² No Pará, em 2014, Mojuí dos Campos foi desmembrado de Santarém. Eles estão presentes na tabela desde de 2008 porém, apresentam número de homicídios igual a zero para os anos em que ainda não existiam como um município.

Marituba	96,2	97,4	87,6	81,1	79,5	79,9	87,5	92,6	79,9	58,6
Santa Bárbara do Pará	20,9	24,1	20,0	19,5	29,6	57,9	73,5	78,7	64,4	58,5
Benevides	54,8	52,4	47,7	35,5	45,3	65,5	91,7	105,6	84,8	57,9
Ananindeua	78,9	81,3	72,5	67,8	67,6	70,7	79,5	87,4	74,2	54,1
Barcarena	42,4	47,0	46,5	50,0	48,0	45,5	47,7	48,4	51,2	48,7
Belém	53,2	54,8	53,2	56,2	58,1	63,8	69,0	73,2	62,1	47,4
Capanema	15,4	22,9	27,8	36,6	33,4	36,1	39,3	47,4	48,1	46,4
Santa Maria do Pará	39,6	54,8	46,1	38,9	40,0	38,4	39,5	40,7	43,1	37,5
Primavera	25,4	22,1	12,6	9,4	12,5	12,5	18,7	18,6	30,9	37,0
Bragança	17,0	26,1	28,4	30,6	28,3	27,2	31,5	36,8	38,5	35,0
Quatipuru	7,9	5,2	7,7	5,1	2,5	10,1	17,5	24,9	22,2	34,3
São Francisco do Pará	19,5	12,9	19,3	15,0	14,9	12,8	10,6	8,5	16,8	33,6
Peixe-Boi	12,4	12,4	8,3	12,4	16,6	12,4	16,5	24,8	33,0	33,0
Igarapé-Açu	13,6	17,1	24,2	29,4	34,5	29,0	25,3	31,3	29,4	30,1
Santarém Novo	0,0	10,5	20,9	20,7	10,3	10,2	15,2	25,2	15,0	24,8
Bonito	2,4	9,4	13,8	22,6	22,2	34,9	32,2	31,7	27,0	24,6
Tracuateua	8,3	16,4	19,7	21,8	23,8	23,5	24,4	18,7	18,5	22,6
Nova Timboteua	2,4	7,1	14,0	13,8	16,0	11,3	15,6	13,3	15,3	21,7
Augusto Corrêa	4,8	11,1	10,2	12,4	7,7	9,8	13,5	17,8	16,1	12,3
Mocajuba	14,6	12,0	2,4	7,0	16,0	26,0	35,6	39,6	33,6	39,6
Abaetetuba	30,5	34,0	37,7	45,6	49,2	50,6	52,3	54,0	52,3	39,3
Igarapé-Miri	33,6	37,3	49,3	60,5	65,1	62,5	61,6	64,5	50,3	37,8
Baião	17,7	19,7	10,0	13,0	13,4	16,9	15,8	18,4	21,5	21,8
Cametá	10,2	11,2	11,0	13,0	11,3	15,7	15,2	16,8	16,1	16,4
Oeiras do Pará	6,8	4,5	5,6	6,6	6,5	5,4	7,4	8,4	12,4	11,3
Limoeiro do	3,9	5,1	2,5	6,2	4,9	7,3	6,0	9,5	7,0	3,5

Ajuru										
Bujaru	21,5	22,5	34,6	34,2	35,0	41,8	56,7	70,1	77,5	72,1
Castanhal	65,8	65,2	62,5	54,1	56,9	65,0	72,8	79,0	73,3	60,4
Santa Izabel do Pará	32,3	38,7	37,4	39,9	49,9	64,6	69,5	71,4	62,6	53,7
Inhangapi	19,5	19,1	12,6	21,7	24,4	33,0	47,4	64,3	60,6	45,5
Santo Antônio do Tauá	30,5	31,2	37,7	41,7	54,7	49,4	58,6	43,6	44,0	27,5
Floresta do Araguaia	40,3	50,6	41,0	31,7	27,8	30,9	39,1	65,5	83,0	118,2
Santana do Araguaia	39,4	33,7	32,7	31,3	32,0	26,7	26,0	26,4	29,5	29,8
Santa Maria das Barreiras	17,0	18,4	21,6	21,1	20,6	20,2	28,0	33,9	31,7	28,0
Conceição do Araguaia	34,3	33,5	28,4	26,9	23,3	24,6	23,2	22,4	21,0	18,1
Breves	12,3	10,1	11,0	13,0	13,5	16,4	22,9	28,4	30,4	26,6
Anajás	6,6	7,8	11,4	8,7	8,6	9,7	11,9	15,2	20,8	19,4
Afuá	21,4	14,7	11,8	6,3	6,2	9,7	16,6	21,6	20,6	17,0
São Sebastião da Boa Vista	2,8	7,0	5,5	12,2	9,4	14,5	9,1	10,3	8,9	11,3
Curralinho	5,7	4,5	1,1	5,4	8,4	10,3	6,1	3,0	3,0	5,8
Nova Esperança do Piriá	24,2	24,1	30,4	35,1	38,1	49,1	64,7	86,4	89,2	76,4
Mãe do Rio	33,8	40,6	35,7	42,4	30,8	35,1	37,2	53,8	54,6	69,8
Capitão Poço	52,1	40,7	35,0	31,8	35,4	42,8	46,4	52,4	53,5	56,5
Ourém	18,0	25,7	23,6	35,1	29,0	34,6	30,5	45,5	41,4	46,7
Garrafão do Norte	27,3	20,8	20,7	22,0	28,4	38,6	46,3	52,6	51,2	40,9

São Miguel do Guamá	29,7	26,2	18,4	20,6	28,8	34,9	42,1	42,8	44,6	40,7
São Domingos do Capim	28,4	26,0	30,2	29,0	27,8	25,5	25,4	35,8	34,6	39,6
Santa Luzia do Pará	13,4	15,1	21,8	23,5	33,6	33,6	38,6	36,9	42,0	37,0
Aurora do Pará	17,2	19,3	22,5	26,8	29,8	31,6	26,7	26,3	20,5	29,8
pixuna do Pará	25,8	24,3	27,3	25,2	26,8	26,0	30,4	28,5	27,8	27,6
Cachoeira do Piria	8,6	15,5	18,6	22,6	20,9	21,5	25,2	26,7	32,2	25,6
Irituia	20,8	20,7	19,7	14,5	16,5	19,6	25,7	24,7	26,7	18,4
Viseu	6,3	10,8	13,0	10,1	11,2	11,1	13,3	11,0	10,4	10,3
Jacareacanga	9,2	19,5	23,1	32,6	34,5	36,8	45,7	59,2	78,7	113,3
Novo Progresso	88,1	84,2	93,3	106,2	121,7	103,6	90,6	86,7	88,0	94,5
Itaituba	34,1	30,3	29,0	41,2	51,4	62,9	64,5	64,4	66,9	61,2
Trairão	5,8	5,7	7,5	18,7	22,1	32,9	25,3	26,9	24,8	28,1
Rurópolis	4,1	7,9	10,0	12,0	10,3	14,3	12,6	15,1	14,1	14,5
Aveiro	10,3	16,4	18,4	18,4	16,4	12,3	14,3	8,2	6,1	8,1
Marabá	104,5	95,5	86,6	76,0	72,2	73,2	80,7	80,5	71,6	55,4
São Domingos do Araguaia	67,6	60,0	37,3	31,5	24,4	32,3	46,7	58,3	47,3	36,5
São João do Araguaia	39,6	49,3	44,1	41,5	34,0	38,7	62,7	62,4	62,2	35,7
Brejo Grande do Araguaia	53,4	44,6	31,3	31,3	44,8	89,8	94,4	94,5	49,6	31,6
Palestina do Pará	4,4	21,8	26,2	52,4	43,7	56,9	43,8	39,5	21,9	30,8
Oriximiná	4,2	3,6	8,0	11,4	12,7	15,4	18,5	20,1	19,4	18,2
Óbidos	5,9	9,9	17,7	24,8	22,8	14,9	11,6	12,9	14,8	14,7
Faro	0,0	8,1	8,2	8,4	0,0	0,0	0,0	4,5	13,7	13,9

Terra Santa	5,8	3,8	3,8	3,7	5,6	3,7	1,8	3,6	9,0	10,7
Juruti	3,5	2,7	0,7	1,3	4,4	8,1	9,1	9,6	8,8	8,1
Paragominas	73,2	79,0	69,8	65,3	60,3	58,2	63,3	64,3	57,6	55,7
Abel Figueiredo	76,8	38,1	42,5	32,8	37,2	32,3	45,8	54,6	54,2	49,3
London do Pará	72,8	68,6	61,1	62,5	65,3	62,0	57,5	48,6	46,2	43,9
Bom Jesus do Tocantins	48,9	21,1	33,4	41,4	45,1	44,7	42,3	47,9	43,5	39,3
Goianésia do Pará	75,0	60,3	69,4	69,1	68,7	55,3	44,9	41,6	46,0	38,7
Dom Eliseu	39,3	41,8	41,2	38,2	33,4	33,5	33,7	38,4	33,9	31,8
Ulianópolis	27,8	28,9	22,3	24,2	22,8	33,4	32,4	36,3	30,1	25,3
Curionópolis	48,1	53,7	53,9	70,5	63,5	63,9	71,5	86,6	85,1	70,7
Canaã dos Carajás	40,2	46,8	61,9	60,7	71,2	84,0	103,0	93,3	75,8	63,8
Parauapebas	57,3	57,9	62,7	69,8	68,0	66,4	60,9	62,0	62,1	58,6
Eldorado do Carajás	66,6	51,0	57,9	59,6	66,4	61,1	60,9	59,6	63,4	56,2
Água Azul do Norte	19,5	12,9	9,0	11,4	12,6	12,5	12,4	16,0	14,7	17,0
Portel	16,2	21,4	19,8	27,8	25,6	28,0	26,4	30,5	32,2	31,2
Bagre	4,1	4,0	3,9	5,0	7,3	9,5	10,5	10,2	7,8	10,9
Gurupá	3,4	4,4	2,2	6,5	8,5	9,4	10,4	12,3	12,1	9,0
Melgaço	1,3	2,6	2,6	2,6	3,8	3,8	5,0	4,9	6,1	7,2
Redenção	51,3	52,4	47,2	50,9	46,2	45,3	55,0	69,7	74,2	68,4
Rio Maria	23,9	20,2	16,5	12,9	7,3	7,3	25,7	45,8	56,8	45,8
Sapucaia	6,5	6,3	6,2	6,1	12,1	23,8	17,6	17,3	34,2	45,0
São Geraldo do Araguaia	66,2	46,1	45,1	35,0	37,8	24,9	33,0	41,1	42,7	40,3
Piçarra	38,5	30,8	41,0	41,0	48,8	56,5	51,3	51,3	43,7	36,0

Xinguara	49,7	46,1	43,3	38,3	36,4	33,8	38,1	32,5	24,8	24,6
Pau D'Arco	27,0	10,9	16,6	11,2	11,4	23,1	46,7	59,2	42,0	24,3
Vigia	24,5	28,2	39,9	48,7	50,2	57,4	51,7	58,8	49,5	52,8
Terra Alta	22,2	28,2	30,9	42,7	42,2	44,6	50,0	64,0	63,3	51,2
Salinópolis	33,1	43,2	45,5	41,7	38,1	33,6	33,4	37,3	38,8	45,1
Curuçá	11,4	14,0	15,6	19,9	23,2	23,7	32,1	35,0	43,8	43,3
Marapanim	8,6	12,2	10,9	24,1	33,6	39,5	36,9	36,8	44,9	38,8
Colares	14,3	5,7	5,7	8,5	11,3	22,4	25,1	38,9	36,0	38,6
São João de Pirabas	22,1	31,2	24,7	27,5	25,7	34,5	35,7	35,3	35,0	36,2
São Caetano de Odivelas	19,3	17,3	9,5	7,6	13,2	26,3	46,8	50,3	46,4	27,7
São João da Ponta	24,7	24,3	18,0	5,9	0,0	22,9	28,3	27,9	22,0	21,7
Magalhães Barata	12,0	12,0	12,0	7,9	11,9	7,9	11,8	19,6	19,6	19,5
Maracanã	6,9	6,9	9,2	17,1	18,2	20,5	18,2	19,3	19,3	14,7
Placas	2,7	6,6	7,7	15,0	15,8	18,9	17,3	27,0	29,7	25,8
Belterra	2,0	0,0	0,0	2,0	1,9	1,9	3,8	7,6	18,9	20,7
Santarém	6,8	9,0	12,5	13,7	17,9	22,6	26,7	27,5	24,8	20,5
Mojú dos Campos	0,0	0,0	0,0	6,5	21,4	25,5	23,2	14,7	16,7	18,7
Monte Alegre	6,5	7,0	7,6	5,8	4,7	5,2	10,4	12,1	15,0	12,1
Praia	6,7	6,7	4,4	6,7	10,0	15,6	14,5	17,8	12,3	8,9
Alenquer	5,6	8,6	9,8	9,7	6,6	6,6	7,2	5,3	5,9	5,3
Curuá	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	9,8	12,1	11,9	4,7	2,3
Ourilândia do Norte	72,6	68,8	60,6	55,0	44,1	34,7	34,1	54,5	57,8	69,0
Bannach	28,5	28,7	28,9	29,1	68,5	59,1	49,6	10,0	30,2	50,7
Cumaru do	15,6	15,1	14,7	28,6	27,8	38,0	29,1	33,6	35,4	44,5

Norte										
Tucumã	73,4	61,7	32,7	25,7	28,0	29,4	38,6	39,8	43,5	39,6
São Félix do Xingu	28,2	28,7	27,5	26,8	29,2	33,2	30,7	31,1	28,1	29,8
Tomé-Açu	43,8	50,7	47,9	50,7	54,1	52,4	64,9	58,4	71,6	69,9
Acará	14,0	19,4	28,5	30,2	34,4	45,2	56,0	58,9	51,6	49,8
Moju	47,4	48,9	60,3	66,8	76,3	69,1	69,0	64,7	60,1	46,3
Concórdia do Pará	27,7	35,1	45,7	38,3	38,8	29,7	31,4	38,1	43,6	45,0
Tailândia	82,9	74,0	68,5	66,4	59,7	57,9	59,0	58,5	49,5	43,6
Tucuruí	59,7	49,4	42,8	37,7	39,0	45,2	56,8	62,1	53,8	41,9
Itupiranga	53,4	36,2	45,6	50,6	60,0	52,3	45,9	38,9	36,4	38,8
Jacundá	56,4	41,2	35,7	32,8	36,0	34,9	32,7	30,0	37,1	38,3
Novo Repartimento	42,0	48,2	45,7	47,2	46,2	54,3	56,5	53,2	43,3	37,8
Breu Branco	47,1	43,5	40,0	39,6	38,2	34,0	34,9	35,8	42,2	37,4
Nova Ipixuna	48,9	43,9	41,2	44,9	52,8	68,9	59,9	49,0	38,4	26,0

Fonte: SIM/MS; IBGE. Elaboração Diest/Ipea. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Números de homicídios extraídos do Tabnet/Datasus/MS. População obtido de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

ANEXO III

Brasil, Região Norte e UFs - Homicídios por 100 mil habitante

Brasil/Região e UFs	Taxa Média por Triênio									
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	- 2011	- 2012	- 2013	- 2014	- 2015	- 2016	- 2017	- 2018	- 2019	- 2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27,0	24,3
Região	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46,0	43,5	38,4

Norte										
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53,0	52,6	49,3
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45,0	49,4	47,4	46,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Acre	22,2	24,0	26,5	29,0	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Amazonas	31,5	35,0	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Tocantins	23,9	25,4	25,4	25,3	27,4	32,1	35,6	36,7	33,9	32,0
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9

Fonte: SIM/MS; IBGE. Elaboração Diest/Ipea. Taxa média de homicídios por 100 mil habitantes calculada pela média do número de homicídios do respectivo ano mais dos dois anos anteriores, dividido pela população do ano anterior ao respectivo ano e multiplicado por 100 mil. Número de homicídios obtido pela soma dos óbitos por agressão (X85-Y09) e intervenção legal (Y35), extraído do Tabnet/Datasus/MS. População obtido de População Residente Estimativas para o TCU (Tabnet/Datasus/MS).

ANEXO IV

Confrontos policiais

Tabela 1 - Policiais Mortos em Confronto (em serviço e fora de serviço) / Taxa por 100 mil policiais na ativa

Brasil e UFs	Policiais Mortos em Confronto (em serviço e fora de serviço)/Taxa por mil policiais na ativa	
	2020	2021
Brasil	0,4	0,4
Acre	0,4	-
Amapá	-	-
Amazonas	0,7	0,6
Pará	0,7	0,7
Rondônia	0,7	0,3
Roraima	0,4	-
Tocantins	-	-

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Acre (NAT/MPAC); Monitor da Violência; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

Tabela 2 - Mortes Decorrentes de Intervenções policiais / Taxas por 100 mil habitantes

Brasil e UFs	Mortes Decorrentes de Intervenções policiais/ Taxa por 100 mil habitantes	
	2020	2021
Brasil	3,0	2,9

Acre	3,0	1,2
Amapá	12,9	17,1
Amazonas	2,4	2,3
Pará	6,1	6,2
Rondônia	1,1	0,6
Roraima	2,5	1,4
Tocantins	1,7	2,6

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Acre (NAT/MPAC); Monitor da Violência; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

ANEXO V

Violência contra mulher e de gênero

Tabela 1 - Femicídio / Taxa por 100 mil mulheres

Brasil e UFs	Feminicídios/ Taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	1,3	1,2
Acre	2,7	2,9
Amapá	2,1	0,9
Amazonas	0,8	1,1
Pará	1,5	1,5
Rondônia	1,6	1,8

Roraima	3,0	1,6
Tocantins	1,3	2,6

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

Tabela 2 - Homicídios Femininos / Taxa por 100 mil mulheres

Brasil e UFs	Homicídios Femininos/Taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	3,7	3,6
Acre	6,9	6,4
Amapá	4,6	5,2
Amazonas	3,2	5,2
Pará	4,2	4,2
Rondônia	6,3	5,5
Roraima	5,3	8,3
Tocantins	4,9	4,8

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

Tabela 3 - Estupro e estupro de vulnerável / Taxa por 100 mil habitantes

Brasil e UFs	Estupro e estupro de vulnerável*/Taxa por 100 mil habitantes.	
	2020	2021
Brasil	29,7	30,9
Acre	34,4	64,7
Amapá	54,5	60,5
Amazonas	20,5	17,6
Pará	37,9	44,5
Rondônia	51,9	50,8
Roraima	66,9	83,3
Tocantins	51,8	51,8

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

* Os dados informados nesta seção correspondem ao número total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados. A Lei Federal 12.015/2009 altera a conceituação de “estupro”, passando a incluir, além da conjunção carnal, os “atos libidinosos” e “atentados violentos ao pudor” (Anuário FBSP, 2022a).

Brasil e UFs	Lesão corporal dolosa - violência doméstica/Taxa por 100 mil mulheres	
	2020	2021
Brasil	220,1	221,4
Acre	119,4	231,7
Amapá	203,1	283,0

Amazonas	112,2	123,0
Pará	151,6	198,6
Rondônia	485,1	445,6
Roraima	232,7	456,6
Tocantins	191,1	190,3

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Observatório de Análise Criminal / NAT / MPAC; Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais - COINE/RN; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022).

ANEXO VI

Perfil das Instituições de Segurança Pública no Pará - Efetivo (2020)

Instituição	Capital e Região Metropolitana	Interior	Total
Polícia Militar	7.310	7.826	15.136
Polícia Civil	1.781	1.280	3.061
Corpo de Bombeiros Militares	1.376	1.200	2.569
Órgãos Oficiais de Perícia	272	271	534

Fonte: SENASP/MJ (2020). Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMDc0ZWVjYTgtYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTQiOGRhNmJmZThlMSJ9>>.

Perfil das Instituições de Segurança Pública no Pará - Estrutura (2020)

Instituição	Unidades Operacionais		
	Capital e Região Metropolitana	Interior	Total
Polícia Militar ²³	28	55	83
Polícia Civil ²⁴	113	228	341
Corpo de Bombeiros Militares ²⁵	13	24	37
Órgãos Oficiais de Perícia ²⁶	2	20	22

Fonte: SENASP/MJ (2020). Perfil Nacional das Instituições de Segurança Pública. Disponível em <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMDc0ZWJjYjYjA1OS00YzBmLWJkNTctZmVjODM2YzlmYzBjIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>.

Efetivo da Ativa das Polícias do Pará, por Corporação (2021 e 2022)

Corporações	Ns. Absolutos 2021	Ns. Absolutos 2022 ²⁷
Polícia Militar	15.337	17.767
Polícia Civil	2.690	2.608
Corpo de Bombeiros	2.662	2.484
Perícia Técnica	626	611
Polícia Penal	2.912	2.898

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2022a). Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Tabela 7: Efetivo mobilizado em operações da Força Nacional

	2019	2020	2021
--	------	------	------

²³As 83 unidades operacionais da Polícia Militar no Pará estão distribuídas em: 36 Batalhões, 9 Batalhões Especializados (todos na capital), 31 Companhia Independentes e 7 Companhias Independentes especializadas.

²⁴As 341 unidades operacionais da Polícia Civil no Pará estão distribuídas em: 277 delegacias e 64 delegacias especializadas.

²⁵As 37 unidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Pará estão distribuídas em: 30 Batalhões, 3 Batalhões Especializados (todos na capital) e 4 Companhia Independente especializadas.

²⁶As 22 unidades operacionais do Órgãos Oficiais de Perícia no Pará estão distribuídas em: 11 criminalística e 11 Medicina Legal.

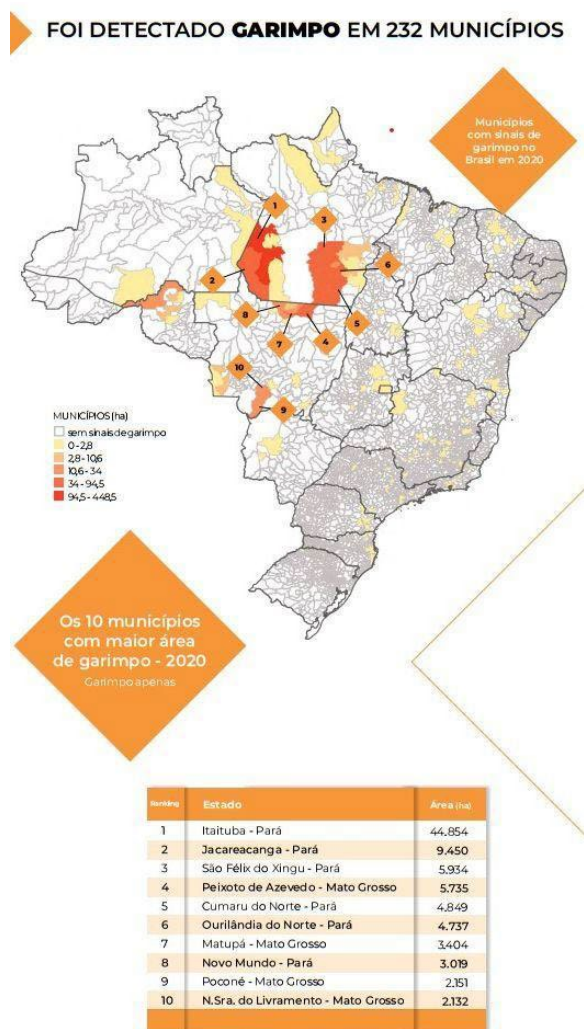
²⁷ Posição dos dados em Março/2022

Corpo de Bombeiros	19	29	30
Polícia Civil	-	7	9
Polícia Militar	98	153	86

Fonte: FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2022a). Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

ANEXO VII - DADOS ESPECÍFICOS

Mapa 1 - Municípios com garimpo no Brasil



Fonte: Map Biomas (2021)